



## Apresentação Dossiê 60 anos depois: o Golpe Civil-Militar de 1964 e a Ditadura no Nordeste

### Ana Rita Fonteles Duarte

Professora Associada I do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). É doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GEPEHG), na UFC.

 <https://orcid.org/0000-0002-2469-6044>

### Anderson da Silva Almeida

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF/2014). Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Editor da Revista Crítica Histórica e líder do Grupo de Pesquisas "Viramundo: coletivo de pesquisadores/as em história, ditaduras, transições a arte engajada", cadastrado no CNPq.

 <https://orcid.org/0000-0002-8532-8851>

 <http://dx.doi.org/10.28998/rchv15n29.2024.0002>



O Dossiê “60 anos depois: o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura no Nordeste”, organizado por Ana Rita Fonteles Duarte (Universidade Federal do Ceará) e Anderson da Silva Almeida (Universidade Federal de Alagoas), dialoga com uma historiografia recente produzida no País que reivindica o aprofundamento analítico e desvela a complexidade que envolveu a ditadura civil-militar no Brasil e suas relações com setores expressivos da sociedade, como também com instituições e indivíduos (René Dreyfuss, 1981; Daniel A. Reis Filho, 2005; 2014; 2016; Samantha Quadrat; Denise Rollemberg, 2010; Lucileide Cardoso, 2011; 2012). Ao longo do processo editorial, recebemos 12 textos, dos quais sete tiveram suas submissões aceitas e aprovadas pelos/as pareceristas *ad hoc*. Nesse sentido, apresentamos a seguir artigos que são resultados de pesquisas consistentes e recentes, que enfrentam, com originalidade, questões e temas que marcaram o período autoritário na região Nordeste.

No texto que abre este número, escrito a quatro mãos, Lucileide Costa Cardoso, professora Visitante Sênior da Universidade Autônoma de Madrid e Bruno de Oliveira Moreira, professor do Instituto Federal da Bahia (Campus Santo Amaro) propõem, sem pretensão de totalidade, como advertem, “uma sistematização do debate historiográfico sobre o uso que o conceito de ditadura tem provocado nas interpretações sobre a natureza do golpe de 1964 e do regime daí eclodido”. Em diálogo com autoras e autores do campo historiográfico e das Ciências Sociais, Lucileide Cardoso e Bruno Moreira revisitam trabalhos publicados no contexto dos 50 anos do golpe de 1964 (2014) e problematizam, principalmente, a pertinência ou não da conceituação do golpe e da ditadura como “civil-militar”, enfatizando problemas e questões que envolvem as variadas interpretações.

“O que é um golpe? A linguagem política do golpe na trajetória de um ex-trabalhista regenerado” é o título escolhido por Kleiton de Sousa Moraes, professor de história do Brasil contemporâneo na Universidade Federal do Ceará (UFC), cujo artigo trabalha as intersecções entre o que o autor destacou como “vocabulário político” sublinhando o “contexto linguístico” que marcou o debate público entre 1961 e 1964, especialmente a partir dos artigos publicados, nos jornais cearenses, pelo advogado, jornalista e político Themístocles de Castro e Silva. A trajetória do personagem, que era considerado autêntico e polêmico, serve como o argumento que ilustra o instigante texto.

O terceiro artigo traz as digitais de Maria Tereza Soares, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que realiza a sua “operação historiográfica” a partir da documentação

produzida pelos órgãos do Serviço Nacional de Informações (SNI), Agência Recife, com foco nos expedientes oficiais que dizem respeito à Universidade Federal da Paraíba (UFPB); como também aos camponeses, partidos e organizações de esquerda daquele estado. Atenta à categoria de “mitologia do complô”, de Raoul Girardet, a autora explora a documentação e identifica como aspectos abstratos e simbólicos influenciavam o *modus operandi* da repressão na busca por inimigos, “infiltrados comunistas” e demais militantes. Chamou-nos atenção o caso do ex-marinheiro e estudante universitário, José Adeildo Ramos, cujos documentos oficiais assumem a prática da tortura, sem aspas e “sem indicar que se trata de uma referência à fala de alguém contrária à tortura”, como bem adverte Maria Soares. Um achado, digno de repercussão nacional e internacional!

Nas paragens seguintes, dois textos que operam com fontes pictóricas ou, simplesmente, imagens. No primeiro, em solo paraibano, Dimitri da Silva Sobreira, doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), imerso no recorte temporal dos anos 1970 - com uma temática que poderíamos identificar nos campos da história política e da história cultural – traz, na linha de frente, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba, mais detalhadamente as charges publicadas nos jornais “Correio da Paraíba” e “O Norte”, entre 1974 e 1978, que dizem respeito àquela agremiação partidária de sustentação da ditadura. Temas como bipartidarismo, eleições estaduais, sabotagens e boicotes intrapartidários, entre outros, são expostos e trabalhados a partir das charges.

Da mesma forma, já em terras cearenses, ao propor uma análise criteriosa sobre os traços dos chargistas “Ziraldo, Willy e Sinfrônio publicados, respectivamente, no Jornal do Brasil, na Tribuna da Imprensa e no O Povo”, José Airton de Farias, doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Instituto Federal do Ceará (IFC), dedica-se a periciar as mensagens e as representações que compunham os signos, evidenciando categorias e conceitos como “consenso”, “democracia” e “abertura”, tendo como origem as ações terroristas da extrema-direita no início dos anos 1980. Destacamos, entre esses acontecimentos, os atentados ocorridos em Fortaleza, realizados por estudantes universitários que integravam o autoproclamado Movimento Anticomunista (MAC).

Vale ressaltar que, embora partam de fontes com características similares, os textos de Dimitri Sobreira e Airton de Farias são obviamente distintos, haja vista as diferenças conceituais, temáticas, de perspectiva, como também de recortes espaciais

e temporais.

Estamos agora na estação Recife. A transição pactuada, negociada e a “justiça de transição” aparecem no texto de Aduino Guedes Neto, doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina, cujo título “A Igreja colocada na cruz: as caravanas da anistia e o caso do padre Joseph Comblin” indica quais os caminhos percorridos pelo autor em seu argumento. Na intersecção entre história, memória e trajetória, Aduino Neto enfrenta temas espinhosos e acompanha a peleja do padre Comblin, que atuou junto a Dom Hélder Câmara e é considerado um dos percursores da Teologia da Libertação, proibido pela ditadura de desembarcar em Recife quando retornava da Bélgica e depois expulso do País. O caso em tela reapareceria em 2011, com o reconhecimento de sua anistia política pelo Estado brasileiro no âmbito das caravanas da Anistia.

Encerrando esse Dossiê Especial, Mário Martins, doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor do Curso de História da Universidade Federal do Ceará, problematiza os projetos de “elevação da irrigação como política nacional sob o paradigma da Revolução Verde, através do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), na década de 1970; e a relação entre Estado, empresas nacionais e internacionais [...]”. Ao realizar o cruzamento de diversas fontes - a exemplo dos Livros de Contratos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e jornais da época -, o autor desvela as participações de grandes companhias, seus personagens, e as relações entre a ditadura e o capital nacional e internacional, o que envolveu, inclusive, desapropriações que favoreceram empresas brasileiras e estrangeiras.

Ao fim dessa jornada editorial, esperamos que as pesquisas aqui apresentadas de forma acadêmica, despertem não somente a curiosidade de nossos pares no sentido de buscarmos conhecer melhor a produção historiográfica produzida pelos/as referidos/as autores e autoras, como também para fomentar mais investigações sobre o Golpe, a ditadura e a transição autoritária nos Nordeste – dos litorais, agrestes e sertões -, ampliando as dimensões, os problemas, as questões e favorecendo a divulgação de acervos e novas fontes. Além do que, pedagogicamente, nunca é demais lembrarmos que:

Foi Golpe. Foi ditadura. Ainda não é democracia!

## Referências

ALBUQUERQUE, Durval M. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

CARDOSO, Lucileide Costa. “Os Discursos de Celebração da ‘Revolução de 1964’”. **Revista Brasileira de História**, v. 31, p. 117-140, 2011.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória: defensores e críticos da ditadura**. Cruz das Almas: UFRB, 2012.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MOTTA, Rodrigo P. S. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Páginas: revista digital de la Escuela de Historia**. Rosario, ano 8, n. 17, p. 9-25, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/222>. Acesso em: 8 abr. 2024.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (v. 1).